

Da Música como Ecologia Política

Rui Peralta · 27.05.2026

AMBIENTE · CULTURA

O que têm em comum Sonny Rollins e uma peculiar experiência política na cidade de Rijeka em 1920? A resposta surge neste passeio de compasso ritmado pela música como barricada política.

Entre 1919 e 1920, no que é hoje a cidade croata de Rijeka, ocorreu uma peculiar experiência política que ficou conhecida por Regência de Carnaro. Neste período, o poeta italiano Gabriele D'Annunzio, liderando uma milícia ocupou o território e proclamou uma Constituição, a Carta de Carnaro, que estabelecia a música como um princípio fundamental no funcionamento da República.

Cada comuna teria o seu coro e orquestra e a Carta sugeria um conjunto de valores sociais inspirados na arte musical: desde os instrumentos de trabalho ao ruído das máquinas, as pausas, os silêncios, tudo assente numa base rítmica, com as suas linhas melódicas, suas divagações contrapontísticas e fundos harmónicos.

Este é um curioso e original momento de concretização do imaginário social, uma Zona Temporalmente Autónoma, produto de uma ruptura geradora de uma alternativa que estabeleceu a música como fundamento da ecologia social. Um legado assumido na práxis pelos artistas e coletivos que através das ondas acústicas e silêncios (sons, ruídos, ecos e respectivas ausências) buscam romper os obstáculos criados por estruturas sociais autoritárias.

A música é, também, uma interpretação do mundo e cria conhecimento crítico. Neste sentido, nela (na música), existe o proclamar de uma nova forma social de estar (de bem estar, preferencialmente) que choca de frente com a acomodada musicalidade imperante no complexo alienante do capitalismo. Em todos os processos de ruptura, de transformação, metamorfose, a música assume o seu posicionamento, a sua barricada. Encontramos este assumir de criação de imaginários, por parte da música, em todos os cantos e recantos desta nave planetária que nos transporta pelo cosmos e em todos os momentos da rede espaço-tempo.

No mesmo período da Carta de Carnaro, na turbulenta Europa da década de 20 no século passado, a música em Portugal vive um período de transição, marcado pela República. Aqui a música procurava o seu lugar. A música erudita absorvia a modernidade, o fado e as tradições rítmicas e sonoras adquiriam novos contornos e o jazz entrava, através das Jazz-bands, nos salões alfacinhas e portuenses.

Em 1920, Luís de Freitas Branco compôs *Commiato*, e quatro anos depois conclui a sua Primeira Sinfonia, obras que introduziram o modernismo musical no país. Com ele (Freitas Branco) e o pianista Viana da

Mota, a República foi representada, em 1921, no Congresso de História da Arte em Paris, onde despertaram as atenções das vanguardas estéticas europeias. Este é um processo incubado na República e que com ela se afirma, não compactuando com a ditadura e assumindo trincheira na resistência.

Enquanto escrevo estas linhas tomo conhecimento da morte de Sonny Rollins, um criador de imaginários, pioneiro do *strolling*, um processo que permitia usar apenas baixo e bateria como acompanhamento para os seus solos de sax e que permitia um colectivo muito menos numeroso e dispendioso. Por outro lado Sonny utilizava material banal, melodias acessíveis, frases melódicas simples, que de forma hábil eram transformados em monumentos da improvisação.

Durante o ano de 1958, Rollins grava uma extensa peça para saxofone, baixo e bateria, denominada *The Freedom Suite*, um tema explícito de intenções sociais e políticas, Tal como a Carta de Carnaro, esta *Suite* teve uma breve existência. A Editora, para evitar problemas, reembalou o trabalho com o nome de *Shadow Waltz* (título de um outro tema do mesmo trabalho).

Tudo momentos de emancipação. Breves, efémeros, que na sua brevidade marcam uma eterna metamorfose...

- *O autor escreve sem o Acordo Ortográfico.*